



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 28/09/2018

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta de Freguesia, à Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

Período antes da ordem do dia -----

- a) Intervenção do público -----
- b) Intervenção dos Membros da Assembleia -----
- c) Informações -----

Ordem do Dia -----

Ponto um: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Ponto dois: Discussão e Votação do Regulamento Emergência Social; -----

Ponto três: Relatório de Atividades da Junta; -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: Josué Lima Morais, António Alberto Alves de Sousa, Zita Helena Duarte Rodrigues Cardoso, Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa, José Deolindo Caetano, Manuel Almeida Costa, Manuel Francisco Ferreira do Couto, Maria Alice do Amaral Teixeira Alves, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, Marta Andreia Ferreira Azevedo, Nuno Daniel Gilvaia da Costa, Pedro Miguel Bouça Fernandes, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida, Sónia Isabel Ferreira da Silva, Teresa Marta Correia Sousa Raposo. Verificaram-se, também, as seguintes substituições, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número Cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois: do Centro Democrático Social – Partido Popular (doravante designado por CDS-PP) Ana Catarina Fonseca Barbosa por Vítor Martins, do Partido Social Democrata (doravante designado de PSD) Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez por Tiago Filipe Ramalho



Teixeira; Manuel Augusto Dias por Ângela Alexandra Vieira Bragança ; Paulo Alexandre da Silva
Moreira de Sousa por Maria de Fátima de Plácido Aparício -----

Intervenção do público -----

Josué Morais, Presidente de Mesa da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão saudando os presentes, concedendo de seguida a palavra a Avelino Almeida-----

Alertou para o facto da rua 1º de Dezembro junto à Escola do Carvalhal estar uma lástima, cheia de buracos no pavimento e com falta de peças na lomba ali existente bem como para a deficiente limpeza que provoca o entupimento das sarjetas. Neste contexto perguntou ao Presidente da Junta se sabia alguma coisa sobre a pavimentação ou não, e limpeza da referida rua bem como da reposição da lomba-----

De seguida o Presidente da Junta, João Morgado, disse que também o chocava ver ruas à volta da rua 1º Dezembro serem alcatroadas e esta não o ter sido. Referiu ainda que durante o ano variadíssimas vezes o pavimento da rua foi remendado pois o alcatrão está desgastado e salta fora. Garantiu ainda que a rua 1º de dezembro será uma das ruas que a Junta reivindicará para que seja objeto de colocação de novo pavimento. Quanto à limpeza das grelhas iria na 2ª feira da semana seguinte falar com os responsáveis do serviço porque, no seu entender, as grelhas teriam sido mal concebidas, pequenas e estreitas, não tendo saída para a água nem para terra, havendo ali, portanto, um problema que iriam tentar resolver-----

Seguidamente Carla Sousa (BE) usou da palavra, começando por dizer que era com agrado que o Bloco de Esquerda via as suas preocupações serem partilhadas pelo PS, nomeadamente no que toca ao alerta do rebaixamento dos passeios dessincronizados com as passadeiras. Referiu ainda que observavam com apreço que uma das reivindicações do Bloco de Esquerda relativamente ao mobiliário urbano, mormente papeleiras foram introduzidas em diversos pontos da cidade. Alertou ainda para o facto do aparo das ervas, silvas e arbustos nas bermas das ruas deixarem a descoberto detritos principalmente plásticos. Também referiu que as árvores que secam são cortadas e não repostas. Disse também que o Bloco de Esquerda subscreve a criação da plataforma solidária em consequência da última reunião do Conselho da Cidade. Por último confirmou a sugestão, feita no último mandato, da criação de uma Newsletter digital (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número um**, fazendo parte integrante da mesma). De seguida Carla Sousa (BE) apresentou e leu uma moção



Handwritten initials and a signature in the top right corner of the page.

sob o título “Pela não transferência em 2018 das competências previstas na Lei nº 50/2018” (esta moção fica anexada à presente ata, como **Anexo número dois**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Rui Almeida usou da palavra para dizer que se tem verificado uma acentuada quebra na qualidade nos serviços prestados nomeadamente no serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos e na reciclagem que é depositada junto dos ecopontos. Referiu ser frequente e proliferarem na cidade cenários de lixeiras a céu aberto pelo que, apesar de ter reconhecido serem, estes serviços da responsabilidade da Câmara Municipal, perguntou ao Presidente da Junta se junto da Câmara nomeadamente junto do Presidente obteve algum sinal de tentativa de correção desta situação e em caso afirmativo quais as medidas a adotar pela Câmara e quando a sua aplicação. Chamou atenção também para a situação dos carros abandonados na via pública e perguntou ao Presidente da Junta se tinha alguma informação sobre esta situação nomeadamente se sabia quando a Câmara Municipal começaria a recolher as viaturas abandonadas (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número três**, fazendo parte integrante da mesma).-----

Seguidamente interveio Teresa Raposo (PSD) sobre dois placares de propaganda política que o Bloco de Esquerda tem amarrados às árvores da Junta de Freguesia de Ermesinde e perguntou ao Presidente da Junta se o Bloco de Esquerda já tinha sido contactado para os retirar. Ainda e relativamente às árvores na rua Júlio Dinis plantadas pela Junta de Freguesia disse que praticamente já não existe nenhuma e que a última terá caído na semana passada e que os residentes daquela rua já terão pedido reforço da proteção das árvores por causa do embate dos carros no estacionamento. Sobre o esgoto da margem direita do rio Leça que na última limpeza feita no ano passado e que o Presidente da Junta terá afirmado que tinha descoberto o esgoto e comunicado à Câmara Municipal e GNR, Teresa Raposo (PSD) disse que o esgoto já lá estava e perguntou ao Presidente da Junta se, com a participação do executivo, tinha havido diligências por parte da Câmara Municipal de Valongo no encerramento, no descobrimento da via, no encerramento de qualquer coisa do esgoto descoberto ou redescoberto. -----

Deolindo Caetano (CDU) usou da palavra seguidamente para dizer que iria fazer, através do Presidente da Mesa Assembleia, algumas perguntas ao Sr. Presidente da Junta. A primeira, refere-se à limpeza dos terrenos da Fábrica de Sá. Depois da Câmara ter sido oficializada e de contactos pessoais com o vereador responsável e ainda após visita realizada por si ao local



acompanhado pelo responsável do executivo da Junta de Freguesia perguntou para quando e se a Junta de Freguesia vai fazer esforços para resolver este problema. Quanto ao pavilhão da Bela gostaria de saber para quando o começo das obras. Relativamente à Escola Secundária e face a rumores que a escola iria ficar com menos turmas e que alguns alunos teriam de ir para outra escola disse gostar de saber se o Presidente da Junta tinha conhecimento e se confirmava ou não o rumor. Por último perguntou ao Presidente da Junta se a Junta de Freguesia de Ermesinde tinha tudo resolvido com a Associação Sójovem e não havia mais contacto nenhum.-

Seguidamente usou da palavra Manuel Costa (PS) que começou por dizer que os eleitos do PS na Assembleia se congratulavam pelas notórias melhorias ao nível do desempenho que um executivo da Junta de Freguesia deve ter. Referiu ainda que a proximidade do executivo aos cidadãos é conhecida e que iria por certo acentuar-se. Que ao nível da estabilidade financeira da Junta disse que a melhoria era assinalável e que ia no sentido da recuperação face à pesada herança do anterior executivo (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número quatro**, fazendo parte integrante da mesma)-----

De seguida o Presidente da Junta, João Morgado, começou por dizer que o executivo tinha feito um reforço das papeleiras e um acordo com JC Decaux concessionária da publicidade nas paragens dos autocarros que permitirá ao executivo colocar papeleiras nas paragens desde que não se tape a publicidade da JC Decaux. Pediu também a colaboração dos Ermesindeiros para darem sugestões de sítios onde achem que deveriam ser colocadas papeleiras e o executivo dentro das suas possibilidades as colocaria no menor espaço de tempo. No que diz respeito à limpeza dos taludes afirmou que o executivo está a implementar medidas para que sempre que os mesmos sejam limpos pelo pessoal afeto ao serviço de jardinagem e dos espaços verdes terem por obrigação fazer a limpeza de todos os detritos encontrados nos taludes. Quanto às palmeiras cortadas disse que em princípio na próxima semana o executivo teria à sua disposição uma retroescavadora e que se procederia ao arranque das raízes daquelas duas árvores bem como de outras que tenham sido cortadas. Informou que na próxima semana o executivo iria fazer um convite para abertura de bolsa solidária com o qual a Junta pretende, seguindo a opinião do Conselho da Cidade, abrir o Ermesinde Solidário. Quanto à Newsletter disse que o executivo está a estudar uma plataforma que permita o contacto entre os cidadãos e a junta e vice-versa permitindo aos cidadãos fazerem, por exemplo, o pagamento de licenças e taxas. Relativamente à reposição de árvores referiu estar o executivo a ver junto do horto municipal quais as espécies disponíveis e que ache serem o futuro da cidade, porque o executivo não quer



que se repita os erros do passado, plantar-se árvores que rebentam as caldeiras e disse ainda que a Junta de Freguesia estava a estudar a hipótese de se plantar árvores de pequeno porte que não incomodem as pessoas e que permitam ao fim de 5 anos as caldeiras se manterem em bom estado. Em resposta a Rui Almeida(CDS-PP) e relativamente à perda de qualidade da prestação de serviço de limpeza da cidade o Presidente da Junta disse que todos sabiam o que se tem passado com a limpeza e reconhecia que a Câmara Municipal tinha que ter outro comportamento porque o serviço não correspondia às necessidades dos Ermesindeiros e que se tinha de arranjar um serviço alternativo. Afirmou ainda que Ermesinde tem vários problemas com o lixo nomeadamente o relacionado com a alimentação de gatos pois as pessoas certamente não têm consciência que ao porem comida nos comedouros além de estarem a alimentar gatos também alimentam ratos e outra espécie de bicharada. O Presidente da Junta referiu também ter sido uma daquelas pessoas que mais se tem batido para a alteração desta situação porque no seu entender Ermesinde limpa é uma cidade ganha. No que diz respeito aos monstros que são depositados junto dos ecopontos, muitas vezes de noite, e para o qual já existe serviço próprio da Câmara, disse esperar que o executivo da Câmara Municipal promova uma campanha de informação e sensibilização dirigido às pessoas para terem outro tipo de comportamento porque se por acaso esta campanha não for feita a Junta iria arranjar forma de fazer a sua própria campanha. Quanto aos carros abandonados, na via pública, disse ser um problema na cidade de Ermesinde nomeadamente com os carros apreendidos pelas Finanças ou Tribunal. Neste caso a Câmara Municipal terá que pedir autorização para os retirar e o reboque tem custos pois a Câmara não o tem neste momento. Que achava que a Câmara Municipal até ao final do ano tenderá a comprar um reboque para rebocar os carros abandonados. Seguidamente e respondendo a Teresa Raposo (PSD) e sobre os cartazes do Bloco de Esquerda disse aguardar uma semana ou duas para que o Bloco diga alguma coisa. Quanto aos outros cartazes que pertenciam a outra campanha disse terem sido retirados pelos serviços da Junta, ressalvando, no entanto, que a competência para execução desta tarefa é da Câmara Municipal. Relativamente ao reforço de proteção às árvores, na rua Júlio Dinis, por causa do embate dos carros no estacionamento disse que o executivo por vontade própria faria essa proteção, mas sem autorização da Câmara Municipal não a fariam. Referiu ainda ter sido pedido um parecer sobre a legalidade de ser a Junta a fazer este reforço e saber se um carro ficar amolgado ao bater no ferro da proteção não vai levantar um problema à Junta pelos danos eventualmente provocados. Sobre o esgoto referido por Teresa Raposo (PSD) o Presidente da Junta diz que ele existe e de vez em quando são detetadas descargas poluentes não tendo sido possível até ao



presente saber qual a origem das mesmas. Também informou que a Be Water está a fazer um estudo para ver se conseguem identificar qual a origem dessas descargas. Em resposta às questões levantadas por Deolindo Caetano (CDU) o Presidente da Junta relativamente aos terrenos da antiga Fábrica de Sá disse que iria na 2ª feira a seguir verificar a situação e fazer todos os esforços para que os terrenos fossem limpos e que dessa diligência daria conhecimento pessoal ao Sr. Deolindo Caetano (CDU). Quanto ao Pavilhão da Bela disse não saber quando as obras arrancariam, pois, a Câmara Municipal até ao presente não tinha indicado qualquer data. Relativamente ao rumor que a escola iria ficar com menos turmas e que alguns alunos teriam de ir para outra escola disse não ter conhecimento dessa eventual situação e que achava que se fosse verdade quer a Direção da Escola quer a própria Associação de Pais lhe teria transmitido, mas que no entanto na semana seguinte iria contactar o Prof. Álvaro Pereira bem como a D. Manuela Queiroz para ver se era verdade ou não. No que respeita à relação entre a Junta de Freguesia e a Sójovem o Presidente da Junta informou que no momento não existe qualquer protocolo com a Associação Sójovem. Adiantou ainda que nas contas entre a Junta de Freguesia e a Sójovem havia uma diferença de 37 000 euros a favor da Junta de Freguesia, valor que o executivo entende ser devido pela Sójovem. Disse ainda que o Gabinete de Advogados que presta serviço à Junta enviou uma carta à Sójovem dizendo que a Junta pelas contas que tinha feito entendia que a Sójovem devia 37 300 euros e que esta respondera dizendo que reconhecia a dívida, mas que não eram os valores indicados pela Junta. -----

De seguida o Presidente da Mesa pôs à votação a admissão da proposta de deliberação do Bloco de Esquerda acerca da Lei 50/2018 referente à transferência das competências para as autarquias nomeadamente das Câmaras para as Juntas de Freguesia, sendo a mesma admitida por unanimidade e interrompida a reunião por 5 minutos para as forças partidárias analisarem o documento. -----

Seguidamente, foram retomados os trabalhos com Manuel Costa (PS) a usar da palavra para dizer que esta proposta do Bloco de Esquerda já tinha sido apresentada noutras Freguesias de Valongo e que tinha sido rejeitada. Disse também que com esta lei as autarquias iam ter novas receitas que doutra forma não teriam e que por esse facto o P S iria votar contra a deliberação apresentada pelo Bloco de Esquerda -----



Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa pôs à votação o documento sendo o mesmo rejeitado com 10 votos do Partido Socialista, com 7 abstenções do PSD e CDS-PP e 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e da CDU-----

c) Informações-----

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta que começou por falar do passeio dos idosos a Viana do Castelo referindo que foi uma boa jornada de companheirismo, conseguindo-se um passeio muito agradável, com um tempo excelente, preenchido de forma cultural e religiosa aberta. Falou também sobre o Conselho da Cidade que se tinha realizado na semana anterior com a participação de cerca 50 pessoas. Referiu ainda ter sido pedido aos conselheiros para no prazo de 30 dias apresentarem contributos para alterar os regulamentos, de forma a aligeirar a atribuição de bolsas de estudo e investigação. Também terá ficado pensado no Conselho da Cidade pedir às associações em geral incluindo associações de pais e escolas que dedicassem um pouco do seu tempo e fizessem um quadrado de croché para que em conjunto fossem colocados nas árvores da nossa cidade. Disse também ter-se pensado na hipótese da criação duma iniciativa “o meu jardim” que consiste em pessoas ou grupo de pessoas trabalharem os jardins junto das suas residências, onde certamente se passa algum tempo, tendo esta atividade o apoio da Junta verificando quais as necessidades de cada grupo e quais as espécies que se devem ou não plantar. Informou também que se tinha pensado na criação do “Ermesinde Solidário” e que através de cartaz iriam anunciar a intenção de se criar uma bolsa de voluntários para dar consistência ao Ermesinde Solidário que terá como finalidade prestar ajuda às pessoas que dela necessitem, como por exemplo no aviar duma receita médica, na condução a uma consulta médica, ou até fazendo companhia numa ida ao café entre outros. Ainda o Presidente da Junta afirmou que gostaria de ver implantada na cidade a decoração das instituições, das escolas, da Junta de Freguesia e das montras do comércio com cascatas de Santos Populares, nomeadamente de S. João, tendo a Junta intenção de organizar um concurso onde será atribuído prémio a uma ou duas cascatas. Sobre a noite branca e dos bombos que se organiza anualmente em Ermesinde o Presidente da Junta disse pretender o executivo dar um “toque” na noite nomeadamente melhorando a harmonia do toque de conjunto dos diversos grupos de bombos de forma a ouvir-se um toque e não muitos toques. Reconheceu também ter havido, ao longo dos anos, pequenas falhas na organização da noite branca pelo que o executivo ao mesmo tempo que irá tentar resolver estas falhas iria também solicitar aos comerciantes o seu maior envolvimento na noite branca de forma que a noite seja ainda mais branca.-----



Ordem do Dia -----

Ponto um: Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; -----

Seguidamente o Presidente da Mesa pôs à discussão a ata da reunião anterior, primeiro ponto da ordem de trabalhos. Não havendo intervenções sobre a ata foi a mesma posta à votação sendo aprovada por unanimidade. -----

Ponto dois: Discussão e Votação do Regulamento Emergência Social -----

Sobre este ponto Teresa Raposo (PSD) disse que o regulamento geral de proteção de dados tinha entrado em vigor pelo que perguntou como iria o executivo proceder em relação aos documentos que pedem para juntar, sabendo-se que á luz do regulamento as multas são pesadas. -----

Seguidamente Rui Almeida (CDS-PP) usou da palavra para questionar o executivo sobre uma possível falha de pontuação relativamente ao ponto 4 do artigo 4º. Referiu também desconhecer a existência do Gabinete de Ação Social pelo que perguntou se efetivamente existia um gabinete de Ação Social na Junta de Freguesia e uma Técnica Superior adstrita a esse gabinete, pois relativamente à comissão de análise proposta era referido que um dos membros da referida comissão era uma Técnica Superior de Serviço Social do Gabinete de Ação Social da Junta de Freguesia -----

Carla Sousa (BE) disse que a reformulação do regulamento de Emergência Social poderia ter sido feita com mais cuidado evitando a referência ao Gabinete de Ação Social quando o mesmo já teria sido extinto. Perguntou ao executivo quantas situações destas (emergência social) ocorreram no último ano e se é que havia números quantos foram atendidos neste processo e quantos é que teriam sido beneficiados. -----

De seguida Deolindo Caetano (CDU) começou por dizer que quando se fala de princípios de transparência, rigor e imparcialidade achava que se devia cumprir o estatuto da oposição ou seja deveriam ter conhecimento destes documentos com antecedência para poderem dar ou não sugestões para o documento, afirmando que pela sua parte e da força política em que está inserido não teve conhecimento de qualquer conversa prévia sobre o documento. Também disse que relativamente ao documento que está em funcionamento julgar haver pelo menos um



Handwritten signature and initials, possibly 'AS' and 'P'.

documento mais claro não querendo dizer, no entanto ser mais positivo. Referiu também existir várias questões que gostava que fossem esclarecidas. Que na redação do documento e de acordo com o seu ponto de vista existiam várias incongruências, num lado diz-se aplicar o conceito do limiar da pobreza e noutra parte diz-se que o per capita será o valor da pensão social, valor que as estatísticas e o Eurostar aplica para o que é o limiar da pobreza. Refere também que noutra parte do documento diz que se aplica aos residentes de Ermesinde e que ele concorda perguntou que perante esta redação se era preciso ser ou não recenseado na Freguesia, quando mais à frente no mesmo documento se pede comprovativo em como se é recenseado na Freguesia. Disse ainda ser positivo haver um valor mínimo de 10000 euros para o fundo que pode ser aumentado a todo o tempo, não concordando, no entanto, que as bolsas de estudo entrem no cálculo do rendimento per capita. Também quanto aos medicamentos disse também não concordar que sejam só os não comparticipados, pois há medicamentos comparticipados para os quais as famílias não têm poder compra para os adquirir. Quanto à comissão de análise disse não concordar que a mesma seja composta só por elementos do Partido Socialista e que deveria ser mais abrangente, não ficando mal entrar uma outra força política. Outra situação referida e sobre a qual tem dúvidas é caso de considerar-se legalmente constituída a comissão de análise se estiverem presentes todos os seus elementos, pois do seu ponto de vista, com esta redação se houver um elemento da comissão que se zangue e nunca mais se apresente nas reuniões não seria possível atribuir subsídios. Quanto às despesas serem somente elegíveis quando comprovadas por 3 orçamentos disse ser de aplicação impossível apresentando como exemplo a renda de casa de habitação, a pessoa já esta a habitar e a pagar uma renda e depois pedir-se mais 2 orçamentos, afirmando ainda se o documento fosse votado conforme estava poderia vir a trazer problemas. -----

De seguida, Manuel Costa (PS) começou por afirmar que o documento existia já há muitos anos e por iniciativa do Partido Socialista e que a grande diferença era que no tempo do outro executivo qualquer pedido de ajuda quer para medicamentos, quer para pagar eletricidade ou outras, os beneficiários tinham que pagar com trabalho e que teve na altura a oposição do Partido Socialista, o que com estas alterações do regulamento deixa de acontecer. Quanto à composição da comissão de análise disse que a mesma integrava uma Técnica Superior da Junta de Freguesia com muita experiência, nomeadamente no tratamento destes assuntos pelo que na sua opinião a comissão de análise não teria problemas em resolver questões que fossem surgindo. -----



Seguidamente Teresa Raposo (PSD) considerou que quando se fazem revisões de regulamentos não se tem que fazer um copy-paste do anterior mas sim pegar no regulamento existente e começar no artigo 1º e terminar no último e ver o que se deve ou não mudar. -----

O Presidente da Junta de seguida tomou a palavra para responder às questões levantadas e começou por dizer que percebia o comentário pertinente de Teresa Raposo (PSD) relativamente à proteção de dados e que estava perfeitamente de acordo. Que o executivo tinha pensado nesta e noutras situações que não exigiriam às pessoas os documentos que não fosse a sua exibição, porque mediante autorização a Junta poderia vir a ficar com cópia dos mesmos. Respondendo a Carla Sousa (BE) afirmou que a Junta de Freguesia tinha um Gabinete de Apoio Social criado há vários anos para o atendimento integrado, situação que se alterou deixando a Junta de fazer esse apoio, passando para outra instituição, mas que a Junta não tinha deixado de ter a sua Técnica que, não tendo o apoio integrado, tinha menos tarefas mas que continuava a fazer o apoio social e a coordenar a animação sociocultural. Em resposta a Deolindo Caetano (CDU) disse que a comissão de análise não era composta só por elementos do Partido Socialista pois tinha uma funcionária da Junta e que não era membro do Partido Socialista. Quanto à observação feita por Rui Almeida (CDS) relativamente ao facto de estar a faltar um parágrafo disse ter tomado nota. Por último o Presidente da Junta propôs à Mesa a retirada do documento para permitir a sua melhoria e, dirigindo-se a Deolindo Caetano (CDU), afirmou que o documento não tinha sido escondido pois estivera em discussão pública durante 30 dias e que recebera contributos para adoção do documento. -----

Deolindo Caetano(CDU) voltou a usar da palavra para dizer que uma coisa era a discussão pública outra era intervenção dos membros da assembleia e que as suas intervenções tinham como objetivo dar contributos porque achava que o documento merecia ser melhorado e que estava de acordo que o documento fosse retirado e até já tinha preparado uma declaração de voto onde propunha a retirada do referido documento.-----

Ponto três: Relatório de Atividades da Junta; -----

Depois de aceite a retirada do documento, por indicação do Presidente da Junta, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Tesoureiro, Miguel Oliveira que começou por dizer que o relatório reportava numa forma sucinta as atividades que foram desenvolvidas pela Junta de Freguesia nos últimos 3 meses de uma forma exaustiva. Que aproveitava também para dar conta da evolução da situação financeira da autarquia que continuava com uma margem de progressão



como tem sido defendido e conseguido nos últimos meses em que o saldo a transitar para o período seguinte continua a aumentar significativamente. -----

De seguida Carla Sousa (BE) perguntou qual o tipo de intervenção que estava a ser feito para a manutenção dos lavadouros públicos. Relativamente à campanha de sensibilização no sentido de erradicação dos dejetos dos animais afirmou que a estratégia seguida não estava a dar resultado pois bastava pequenos percursos pela cidade e questionou ainda porque razão deixaram de ser oferecidos na Junta sacos de plástico para os dejetos aquando da licença animal. Relativamente à localização de terrenos com necessidade urgente de intervenção e identificação dos proprietários perguntou se isso não era competência da Câmara Municipal. Relativamente ao BPAAD perguntou que resposta tem sido dada aos fregueses e que produtos têm sido requeridos. Quanto aos programas de intercambio apresentadas na rubrica desporto, cultura e tempos livres, questionou como era feita a sua divulgação qual ou quais as entidades promotoras e que critérios estavam na base da seleção dos participantes Ermesindeiros e montante do financiamento prestado pela Junta de Freguesia. No que diz respeito ao passeio sénior perguntou se era verdade a distribuição de panfletos nos autocarros e a ser verdade com que conteúdos, de que empresas e com que objetivos. Afirmou não lhe parecer admissível que na base dum passeio proporcionado à população sénior se pergunte se pretendem ir ou não à missa num estado que se presume ser laico e se era objetivo do executivo catequizar os seniores. Sugeriu ainda que em próximos passeios se preveja alguma atividade organizada pela Junta de Freguesia. Criticou o executivo, entidade organizadora do passeio, pelo facto de não ter efetuado qualquer seguro coletivo de Acidentes Pessoais pelo que sugeriu que o mesmo fosse feito em próximas iniciativas nem que se tenha de cobrar um valor extraordinário. Aproveitou ainda para dizer que com um voto de pesar prestava homenagem a Artur Augusto Silva, sénior que sofreu um acidente no penúltimo passeio organizado pela Junta de Freguesia e que relativamente ao qual ainda não foram apuradas responsabilidades (esta intervenção fica anexada à presente ata, como **Anexo número cinco**, fazendo parte integrante da mesma). -----

Teresa Raposo (PSD) seguidamente usou da palavra para questionar o Tesoureiro para quando a apresentação ao executivo do regulamento dos cemitérios e tabelas de taxas e licenças correspondentes devidamente revisto. Referiu ainda que numa ida ao estabelecimento de restauração Atlântico na cidade verificou haver canecas com o logotipo da Junta de Freguesia impresso e que no relatório de atividades não havia registo de qualquer atividade com esse estabelecimento pelo que pediu explicações sobre o sucedido. -----



Seguidamente o Presidente da Junta disse que o executivo não tentava catequizar ninguém muito menos ele que não tinha o hábito de ir á missa, mas somente quando achava que a Junta devia estar representada. Referiu que quando foi decidido que o passeio seria a Viana do Castelo deslocaram-se previamente a Viana do Castelo ver o que era possível proporcionar aos idosos e como o Santuário seria visitado em primeiro lugar acharam que faria todo o sentido que se realizasse uma missa no Santuário para quem quisesse assistir, tendo, no entanto, sido confrontados com o facto do Santuário só ter capacidade para 400 pessoas dai perguntar às pessoas se estavam interessados em ir à missa. Acerca da identificação dos terrenos com necessidade de intervenção o Presidente da Junta afirmou que efetivamente é uma competência da Câmara Municipal, mas que teria sido graças ao empenho da Junta de Freguesia que alguns terrenos foram identificados. Relativamente às canecas do Atlântico afirmou que uma associação tinha abordado a Câmara Municipal de Valongo para a realização do festival da francesinha sendo recusado pelo município a sua organização. Como alternativa foi então pedido à Junta de Freguesia de Ermesinde que organizasse o festival no mês de Agosto tendo como resposta a mesma dada pelo município além dos custos com a sua organização serem exagerados. Disse ainda ter sido abordado pelo Sr. do Atlântico para organizar uma festa de francesinha tendo lhe sido respondido que a Junta não organizava qualquer festa pelo que a Junta de Freguesia e por consequência nada tinha a ver com a impressão do logotipo nas referidas canecas. Afirmou ainda que um dos objetivos da Junta era proporcionar um conjunto de iniciativas em Ermesinde que tornassem apetecível passar mais tempo na cidade. Que estava no pensamento da Junta de no próximo verão, depois de negociar com entidades como STCP, arranjar forma de fechar ao trânsito ruas como a do Rodízio e ABÊ para, uma vez por mês, permitir a instalação de esplanadas. -----

De seguida o Tesoureiro em resposta a Carla Sousa (BE) e relativamente aos lavadouros disse que os mesmos estavam a ser alvo de análise profunda de melhorias possíveis no âmbito do desenvolvimento do PLG Projeto Geração + eixo local, em parceria com a Lipor que se encontra em fase de diagnóstico. Que quanto ao projeto caca disse estarem continuamente a ser substituídas as placas que vem sendo vandalizadas com regularidade e que estão a estudar formas mais ecológicas de substituição das sacas de plástico por outras de material biodegradável.-----

Quanto BPAAD disse que será fornecido ao Presidente da Assembleia o inventário dos produtos que existem no banco. Referiu ainda que o executivo gostaria de ter um conjunto mais vasto de



produtos tendencialmente mais caros, portanto mais difíceis de adquirir pelos Ermesindenses que necessitem deles em momentos mais complicados da sua vida.-----

Em relação ao intercâmbio e ao projeto Erasmus afirmou que a Junta tem procurado concorrer e com algum sucesso, sendo a seleção feita com base nos jovens que colaboram voluntariamente com Junta enquanto monitores nos campos de férias e de certo modo os recompensar por abdicarem de parte muito significativa das suas férias. -----

Quanto ao seguro de Acidentes de Pessoais referiu que não foi efetuado porque as várias cotações pedidas apresentavam valores muito elevados e que certamente no futuro teriam de ponderar solicitar um contributo aos seniores para efetivação do seguro. -----

Em relação ao regulamento dos cemitérios e tabelas de taxas e licenças e respondendo a Teresa Raposo (PSD) disse que aquando da abertura da comissão foi dito que a comissão não tinha prazo para terminar o regulamento porque queriam que este fosse feito tendo em atenção todas as questões omissas estando, no momento, a rever o regulamento artigo a artigo, sem pressas, para garantir que no futuro o regulamento não seja um entrave nem coloque a Junta de Freguesia numa situação passível de processos judiciais pois o atual regulamento não se coaduna com a legislação vigente. -----

Seguidamente, não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa, agradecendo a presença de todos e em especial o público, deu a sessão por encerrada. -----

O Presidente: _____

O Primeiro secretário: _____

O Segundo Secretário: _____

INTERVENÇÃO - PAOD

Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia de Freguesia e restante Mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia e restantes elementos do Executivo,
Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia,
Comunicação Social e estimado público,

1 - É com agrado que o Bloco de Esquerda vê as suas preocupações partilhadas pelo PS, nomeadamente no que toca ao alerta do rebaixamento dos passeios dessincronizados com as passadeiras. Pena é que relativamente à cor do pavimento do novo passeio na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, não se passe o mesmo. Mais uma vez o Bloco de Esquerda alerta para a perigosidade da situação e sugere que aquela via, seja, por exemplo, repavimentada com areão. Presumindo que desde junho, haja já uma resposta dada ao requerimento apresentado pelo grupo municipal do PS, para quando o alinhamento passadeiras/rebaixamento dos passeios?

2 - Observamos com apreço, que uma das reivindicações do Bloco de Esquerda relativamente ao mobiliário urbano, mormente papeleiras, foram introduzidas, pela junta de freguesia, em diversos pontos da cidade. Ainda assim continua a verificar-se uma escassez destes materiais, sendo crítico em alguns pontos da cidade. Sugere-se, portanto, que haja progressivamente um incremento de papeleiras, incluindo zonas de menor passagem de transeuntes e junto às paragens de autocarro, onde se encontra muito lixo espalhado - embalagens de iogurte, sacos de plástico, de cartão, etc. (Ex. Rua da Marginal à Bela), estando certos que a colocação destes materiais minorava este problema.

3 - O aparo das ervas, silvas e arbustos nas bermas das ruas, tem deixado a descoberto uma série de detritos principalmente plásticos, papeis e cartões. Sugere-se que haja uma articulação na comunicação entre quem presta este serviço e a empresa de recolha de lixo, para a remoção do lixo. (ex.: R. Álvaro Mendes; R. da Igreja, Rua da Marginal).

4 - Há muito que se verifica a falta de árvores em várias ruas da nossa cidade, assunto já aqui focado várias vezes. Verificamos que muitas das árvores que secam são cortadas, mas não são repostas. (Ex.: R. Ribeiro Teles; R. Castro Meireles; Jardim da Igreja). Recentemente duas palmeiras no jardim da igreja foram cortadas, um metro acima do solo. Farão igualmente destas, uma jarra, à semelhança das anteriormente cortadas no jardim do cemitério, com a plantação de uns pés de alfazema? Não haverá nos hortos municipais árvores novas prontas a plantar? Ou a opção é mesmo desarborizar a cidade? Reconhecendo que há ruas com carácter excepcional (ex. Rua Prof. Joaquim Teixeira – Lidl), porque não se plantam árvores novas há tanto tempo?

5 – Na sequência da última reunião do Conselho da Cidade, sobre a criação de uma plataforma solidária, que o Bloco de Esquerda subscreve, em consonância com as sugestões que já tinha apresentado no mandato anterior, relembra que não sendo competência desta junta angariar trabalhadores, nem transformar-se em entidade empregadora, seria interessante assistir à criação pública de uma bolsa de pessoas disponíveis e voluntárias, facilitadora de uma prestação de pequenos serviços e serviços de reparação, regulamentados, com uma garantia de qualidade e reconhecimento, chancelada pela junta de freguesia, que serviria essencialmente a população sénior e a população mais carenciada, quer a título gracioso, como com valores pecuniários, que poderiam ser tabelados.

6 – Por fim, o Bloco de Esquerda reitera a sugestão feita no mandato anterior, sobre a criação de uma *NewsLetter* digital, em que todas as iniciativas promovidas pelas diversas entidades/instituições da cidade, ou outras informações relevantes, fossem divulgadas à população.

A representante do Bloco de Esquerda,


_____, em 28/09/2018
(Carla Celeste Sousa)

Proposta de deliberação

Pela não transferência em 2019 das competências previstas na Lei nº 50/2018

Foi recentemente publicada a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto que estabelece o quadro de transferências de competências para as autarquias locais.

De acordo com o artigo 4.º da referida lei, esta transferência de competências e afetação de recursos será concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. Tal transferência, com carácter **universal e definitivo**, ocorrerá a partir de 2019 e deverá estar concluída até 1 de janeiro de 2021, admitindo-se, porém, que as autarquias que não pretendam a transferência já em 2019 destas competências, comuniquem esse facto à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), após decisão nesse sentido dos seus órgãos deliberativos.

Nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que visar, entre outros objetivos, o reforço da coesão territorial e social, e a tradução de uma justa repartição de poderes entre o Estado central e o poder local para melhor assegurar políticas públicas que resolvam os problemas das pessoas e dos territórios. A transferência de competências para as autarquias locais deve ser sempre acompanhada dos adequados meios humanos, patrimoniais e financeiros. Nunca se poderá aceitar que as autarquias, alegando insuficiência de meios humanos ou de recursos técnicos, venham a concretizar as novas competências através da sua concessão a entidades privadas, pondo em causa o acesso e fruição pelas populações e promovendo a degradação do serviço prestado.

Apesar da descentralização democrática da administração pública constituir um dos princípios fundamentais da organização e funcionamento do Estado (artº 6º nº 1 da CRP), a Lei nº 50/2018 resultou de um acordo apenas entre o governo PS e o PSD e a sua aprovação pela Assembleia da República teve a discordância de todas as outras forças políticas. Mesmo dentro destes partidos, o tema não é pacífico, registando-se algumas vozes dissonantes, de destacados autarcas/ dirigentes partidários.

Conforme o artigo 44.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, esta lei só produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial. Mas os diplomas sectoriais mais relevantes não foram ainda publicados, não permitindo assim às autarquias perceberem de forma objetiva e rigorosa o sentido, a extensão e o conteúdo da anunciada descentralização administrativa. Acresce que são ainda desconhecidos os montantes exatos das verbas a transferir para que as autarquias possam assegurar cabalmente essas novas competências.

Pelo exposto, por mera cautela e por não terem sido ainda publicados todos os diplomas sectoriais, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde reunida em 28 de setembro de 2018, nos termos e para os efeitos do artigo 4º, n.º 2 a) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, **DELIBERA:**

- 1 - Não pretender a transferência de competências no ano de 2019;
- 2 - Comunicar tal decisão à Direção-Geral das Autarquias Locais;
- 3 - Defender que a transferência de competências para as autarquias locais não pode agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que as autarquias estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício. Defendendo ainda não ser admissível qualquer desresponsabilização do Estado central nas funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura

A representante do Bloco de Esquerda,



, em 28/09/2018

(Carla Celeste Sousa)



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

INTERVENÇÃO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Temos verificado ao longo dos últimos meses uma acentuada quebra na qualidade dos serviços prestados na nossa cidade no que diz respeito à limpeza urbana, nomeadamente no serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos.

E esta perda de qualidade é bastante mais acentuada na recolha dos resíduos depositados nos moloks e na recolha da reciclagem depositada nos ecopontos.

Os frequentes cenários de lixeiras a céu aberto, que cada vez mais proliferam na nossa Cidade e que nos colocam ao nível de uma cidade de um qualquer país de terceiro mundo, têm como uma das causas principais o facto de as recolhas desses resíduos não serem efectuadas com a frequência necessária. Quem anda pela nossa Cidade vê frequentemente ecopontos e moloks completamente cheios dias inteiros a fio. Sendo estes serviços da competência do Município, questionamos o senhor Presidente da Junta se junto do Município de Valongo, nomeadamente junto do Senhor Presidente da Câmara já obteve algum sinal de tentativa de correcção desta situação e, em caso afirmativo, quais as medidas que a Câmara irá adoptar e para quando a sua aplicação.

Relativamente a esta situação da limpeza urbana, tem-se verificado também um aumento exponencial da deposição dos chamados “monstros” junto aos ecopontos e molocks. Sabemos que a JFE tem alertado o Município de Valongo para este problema e, como tal, gostaríamos de saber se da parte da Câmara existe alguma medida a implementar para corrigir esta situação e, em caso afirmativo que medida(s) e quando começarão a ser aplicadas.

Queremos também chamar a atenção para a questão do estacionamento na Cidade e, concretamente abordar o problema do estacionamento abusivo. Pela nossa Cidade teremos certamente largas dezenas de veículos abandonados na via pública, que retiram lugares de estacionamento não concessionado a quem dele precisa e que, algumas vezes chega a colocar em perigo quem por essas vias



Assembleia de Freguesia de Ermesinde

circula, automobilistas e peões, como é o caso concreto do veículo que se encontra abandonado na Rua do Pinheiro. Há já alguns meses que a Câmara Municipal de Valongo identificou, pelo menos, parte desses veículos e colocou nos mesmos a notificação para a sua remoção. Acontece que até à presente data ninguém retirou esses veículos – nem eventuais proprietários nem a Câmara Municipal. Desta forma gostaríamos de questionar o senhor Presidente da Junta se tem alguma informação relativamente a esta situação, nomeadamente se sabe quando é que a Câmara Municipal começará a recolher essas viaturas.

Ermesinde, 28 de Setembro de 2018

Os eleitos pelo CDS-PP

Amex 3



Membros do Partido Socialista na AFE

Um ano após as eleições autárquicas

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo da Junta
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia
Exmo. Público presente
Comunicação Social presente
Minhas Senhoras e meus Senhores

Passou um ano após a realização das eleições autárquicas que elegeram o atual executivo da Junta de Freguesia e os membros desta Assembleia de Freguesia.

Os eleitos do PS nesta Assembleia congratulam-se que após este período, sejam já notórias várias melhorias ao nível de desempenho que um Executivo de Junta de Freguesia deve ter.

A maior proximidade do executivo aos cidadãos é conhecida e irá por certo acentuar-se, corporizando uma responsabilidade que lhe é devida. Também as tarefas decorrentes da transferência de competências da Câmara para a Juntas de freguesia, têm sido absorvidas e implementadas pelo executivo, nomeadamente na limpeza de ruas e passeios, que no início não correu tão bem como se esperava, no tratamento dos jardins e das árvores e as pequenas reparações nas Escolas de 1º ciclo.

Mas é ao nível da estabilidade financeira da Junta, que a melhoria é já assinalável, levando paulatinamente à recuperação face à pesada herança do anterior executivo. Com esta recuperação augura-se a possibilidade de em breve vir a ser possível a apresentação de um PPI que permita os investimentos várias que a nossa freguesia necessita.

Estamos no primeiro quarto do mandato, e por isso ainda existe um grande percurso a fazer em prol dos ermesindenses.

Os eleitos do PS nesta Assembleia, também mandatados pelos ermesindenses, veem com expectativa muito positiva, o trilhar de um caminho firme e seguro por parte do Executivo da Junta, visando a melhoria das condições de vida da nossa freguesia e dos seus concidadãos.

Ermesinde, 28 de setembro de 2018

Os Membros da Assembleia de Freguesia do Partido Socialista

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA JUNTA

- 1 - Que tipo de intervenção, tem sido efetuada para a manutenção dos lavadouros públicos? É só a lavagem dos tanques? A título informal, dei conta ao vice-presidente desta junta, da necessidade de reparação da pedra do lavadouro dos Montes da Costa. *Que evolução?*
- 2 - Quando se lê “continuação da campanha de sensibilização, no sentido de erradicar os dejetos de animais...”, significa o quê? É que parece que a estratégia seguida não está a dar resultado, bastando pequenos percursos pela cidade. Já agora e nesta sequência, porque deixaram de ser oferecidos os sacos plásticos para os dejetos?
- 3 - A localização de terrenos com necessidade urgente de intervenção e a identificação dos respetivos proprietários, não é competência do município?
- 4 - Relativamente ao BPAAD, que resposta tem sido dada aos fregueses? Que produtos têm sido mais requeridos? São suficientes? Se não, que diligências têm sido efetuadas para aumentar este conjunto de produtos? Solicito ainda ao Sr. Presidente da Assembleia que me seja facultado o inventário de produtos disponíveis, deste projeto.
- 5 - No âmbito dos vários projetos de intercâmbio apresentados na rubrica de Desporto, Cultura e Tempos Livres, como é feita a sua divulgação, qual ou quais, são as entidades promotoras, e que critérios estão na base da seleção dos participantes ermesindenses? Quanto é o financiamento prestado pela Junta de Freguesia?
- 6 - Relativamente ao passeio sénior:
 - a) Pretendemos saber se é verdade que foram distribuídos folhetos publicitários nos autocarros. A ser verdade, com que conteúdos, de que empresas, e com que objetivos?
 - b) Não nos parece ser admissível, que na base de um passeio proporcionado a esta população, se questione se pretendem ou não ir à missa, num estado que se presume laico. Será objetivo desta

junta, catequizar os nossos sêniores? A própria questão revela a ausência de uma organização com uma dinamização programada ou com alternativas disponíveis. Sugerimos que na continuidade destes passeios, se preveja algum tipo de atividade, organizada pela Junta de Freguesia.

- c) Perfez agora um ano sobre o lamentável falecimento de um freguês, que prosseguia no penúltimo passeio organizado por esta junta de freguesia, a Santiago de Compostela. Com um voto de pesar, prestamos agora a nossa homenagem, a este sénior, de seu nome, Artur Augusto Silva. Não estando ainda, aparentemente, apuradas as atribuições de responsabilidades sobre o infeliz acontecimento, estranhamos que a entidade organizadora deste passeio, a Junta de Freguesia, não tenha ainda assumido este ano, responsabilmente, acautelar um seguro de Acidentes Pessoais Coletivo, pelo que recomendamos que o faça, em próximas iniciativas.

A representante do Bloco de Esquerda,



, em 26/04/2018

(Carla Celeste Sousa)

